

ESCOLA E RELIGIOSIDADES: ESTUDO SOBRE DESDOBRAMENTOS DAS PRÁTICAS RELIGIOSAS NO AMBIENTE ESCOLAR E SUAS INTERFACES COM A DISCIPLINA DE ENSINO RELIGIOSO

Luis Gustavo Patrocino¹

Fabio Lanza²

RESUMO: O presente trabalho possui o recorte temático que relaciona as religiões cristãs e o ambiente escolar no Brasil, enfatizando os aspectos associados com a disciplina de Ensino Religioso. Ele é uma síntese da dissertação que lhe empresta o nome. Os dados dos Censos (IBGE) e as pesquisas do cenário religioso nacional indicam um quadro de múltiplas e intensas relações religiosas no Brasil. Essas apresentam também uma forte aproximação com as esferas políticas e econômicas. O crescimento da população de fiéis protestantes das últimas décadas acentuou as práticas de diferenciações institucionais das principais religiões cristãs brasileiras fazendo com que as identidades religiosas e laços de pertença ganhassem importância nas representações sociais e em diferentes espaços da sociedade contemporânea, como ocorre as unidades escolares. Tal fato tem proporcionado um Campo de disputa no qual os indivíduos se apresentam como agentes do conflito e praticantes da intolerância não se restringindo a locais estritamente religiosos, a ação religiosa inclui em seu espaço de expansão o sistema educacional e os ambientes escolares. Neste contexto realizou-se o trabalho de analisar como as relações religiosas se comportam ante as esferas política e econômica e no ambiente escolar a partir da disciplina de Ensino Religioso. Para a coleta de foi necessário a utilização de variadas técnicas de pesquisa devido a complexidade e ao próprio objeto de forma a expressar mais fielmente a realidade proposta. Foram realizadas investigações com metodologias qualitativas usando as técnicas: bibliográfica, entrevista, observações participantes, coletas em sites e em emails. Com a metodologia quantitativa foram coletados dados da pesquisa Ações Discriminatórias no Âmbito Escolar produzidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) em 2008. Por último, apontamos a emergência de um mercado editorial de livros didáticos criado a partir da mudança de orientação da disciplina requerida pela LDB/1996-97.

227

Palavras-chave: Ensino religioso, Sociologia da educação, Sociologia da religiões.

Introdução

A disciplina de Ensino Religioso, como as demais disciplinas curriculares nacionais, tem em si própria e no processo de disputas por espaço na competitiva grade escolar nacional, o principal desafio de superar as noções antigas que a direcionavam e ao mesmo tempo atender os requisitos legais atuais. Agrava a esta, que a mudança legal ocorrida, implicava em uma guinada

1 Mestre em Ciências Sociais, Especialista em Estatística, Licenciado em Ciências Sociais e Bacharel em Teologia. E-mail: lgpatrocino@hotmail.com. Fonte Financiadora: Observatório da Educação das Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina (OBEDUC/Ciências Sociais UEL/CAPES).

2 Bolsista Pós-doutorado CNPq no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC SP, professor adjunto do Departamento e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, e-mail: lanza1975@gmail.com. Fonte Financiadora: Observatório da Educação das Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina (OBEDUC/Ciências Sociais UEL/CAPES).

radical de sentido, ou seja, a troca de uma forma confessional de didática e conteudista que visava a formação moral de valores tradicionais para a atual orientação que é aversa ao proselitismo e objetiva produzir respeito e conhecimento inter-religioso, por si já apontam desafios de ordem curricular. Ainda que tal cenário seja suficientemente requeredor de produções e soluções para a adequação, o principal elemento emergente nesse processo diz respeito àquele que ministra a disciplina. O professor de Ensino Religioso, nas escolas públicas, precisa assimilar e praticar essa nova forma da disciplina, ou seja, as regras do jogo mudaram, mas não os jogadores.

Este artigo, fruto e resumo da dissertação que lhe empresta o nome e parte dos textos, visa apontar o que as pesquisas da dissertação referida identificaram como os principais elementos envolvendo estes profissionais. Demonstrando que, embora o proselitismo religioso ocorra nas aulas de Ensino Religioso, essa ação não é culpa exclusiva desse agente.

Escola um lugar para trocas

Dos vários locais possibilitadores de trocas sociais, a escola se destaca por conter em sua organização, estrutura e finalidade, a vocação de agregar atores sociais distintos não apenas por sua função profissional, mas também etariamente.

A escola enquanto instituição educacional e parte do sistema estatal, opera a Reprodução social não apenas com os conteúdos politicamente organizados em disciplinas curricularmente disposta e etariamente distribuídas. A premissa de que o conteúdo transmitido ocorre segundo um fluxo hierarquicamente atribuído é pobre e carente da realidade relacional da comunidade escolar. As trocas nesse ambiente ocorrem de muitas maneiras seguindo múltiplas formas e fluxos. A informação tanto pode partir de professores para alunos, quanto entre os alunos ou dos alunos aos professores, também ocorre dos professores aos próprios professores, isso sem esquecer-se dos funcionários que podem estabelecer mais um pondo de conexão na trama comunicativa desse ambiente.

A noção simplista de que a escola é o local onde os mais velhos ou professores educam os mais novos/alunos precisa ser relativizada, pois embora possa existir quem pense que a Escola expressa em si todo o Sistema de Ensino Social, tal fato além de omitir e marginalizar outros agentes/instituições como a família, igrejas, o trabalho, também ilude o observador por fazê-lo crer que as únicas informações socializadas são as oficialmente/legalmente estabelecidas. Piolhos, práticas de intolerâncias, drogas, sentimentos afetivos, ciência, doenças, moral, hábitos de consumo, preferências estéticas são alguns dos conteúdos transmitidos pela trama da rede de socialização escolar, a religiosidade se soma a esses e vários outros não descritos como mais um elemento, desse *lôcus* tão complexo de particularidades.

Desta forma, atribuir a ação proselitista religiosa como ato exclusivo e confinado à disciplina de Ensino Religioso é um erro, ao mesmo tempo em que não se nega a existência dessa prática. Mas quais seriam os aspectos colaboradores da prática proselitista na disciplina?

Diversidade Religiosa

A diversidade e desigualdade são marcas significativas do Estado brasileiro, muitas vezes associadas produzem caricaturas que servem como justificativa de preconceitos e intolerâncias praticadas. Contudo, produzir o respeito religioso é uma das bandeiras do 'novo' E.R que para fazê-lo se depara com a riqueza de formas conteúdos, expressões, sincretismo, ritualísticas existentes no território nacional. Assim, surge a pergunta: O que podemos considerar como religião e, portanto, o que e quais incluir na lista dos conteúdos a serem abordados?

George Simmel colabora na reflexão ao compreender que toda experiência social pode conter aspectos religiosos, Willaime (2012, p. 44) afirma que para Simmel

"a religião [...] é um modo possível de interação social que, na realidade, pode se aplicar a qualquer tipo de conteúdo. Como a arte, a ciência, a política ou a economia, o religioso constitui uma forma específica de interação social sui generis, que, ao longo da história, pode adotar diferentes facetas".

229

Essa abordagem amplia ainda mais o número de elementos a serem incluídos como conteúdos de um currículo. Entender religião/religiosidade como Simmel propõe, implica em romper com limites normalmente entendido de que práticas religiosas são ações de relação direta/indireta com entidades/forças/sagrados/ritos, ou seja, compreender religião exclusivamente como uma ação orientada a busca de algo vinculada a um Outro lugar/seres restringe a observação da prática em situações nas quais, o Outro é o Próprio em relação e direção a seus iguais, como ocorre numa prática teatral, musical, etc.

Por conta desse caráter da religiosidade "Podemos ser piedoso sem religião, assim como podemos ser artista sem obra de arte". (HERVIEU-LÉGER; WILLAIME, 2009, p.137). Com esse conceito de religiosidade é possível olhar para as relações religiosas nacionais e não mais estranhar as 'incoerências' dogmáticas e os sincretismos já catalogados e apresentados por vários autores. Esse modo peculiar permite observar o fenômeno religioso sem as amarras dogmáticas institucionais ou classificação unilateral dos atores como se suas pertencas fossem rígidas e exclusivistas, ao mesmo tempo em que possibilita a observação na dinâmica do fluxo histórico que acelerou no país após a década de 1970 com a utilização midiática pelas religiões e do crescente acesso em massa da internet, a partir de 1990, como plataforma de expressões religiosas dos fiéis. Também é possível entender como 'naturais' as trocas rituais que acontecem entre os

entes religiosos sem admitir que o sincretismo seja algo valorativo, ou seja, sincretismo não é bom ou mal, é um componente da religiosidade nacional, um *bricolé* com os mitos.

Uma vez que as interações sociais ocorrem no contato entre os indivíduos que não vivem espacialmente em uma esfera/redoma religiosa (há poucas iniciativas religiosas de reclusão social de forma integral) as trocas, negações, assimilações, reinterpretções do que se acredita é hodiernamente construída/desconstruída ou reafirmadas/negadas nas ações dos indivíduos no seu cotidiano. Essa fluidez relacional aponta para uma relação da crença não por sua face ritualista institucional, mas sim para sua concepção ética/moral.

O Prof. Dr. Acácio Sidnei Almeida (PUC/SP) na mesa redonda: A religião de matriz africana e a religião na África, promovida pelo Núcleo de Estudos Afro Asiáticos (NEEA) no dia 13 de Novembro de 2013 na Semana da Consciência Negra da Universidade Estadual de Londrina (UEL) fez uma afirmação que exemplifica muito bem a ideia proposta por esse texto, ele disse sobre o candomblé “[...] o candomblé é 30% ritual e 70% são as outras coisas” (ALMEIDA, 2013) Essa frase não tinha a intenção de quantificar (como se fosse possível) precisamente a diferença entre prática religiosa institucional e *ethos* religioso. Não tinha também o objetivo de demonstrar a existência de uma cisão entre uma coisa e outra, mas simplesmente apontar para o fato de que o candomblecista se ocupa ou se deixa consumir (em tempo, devoção, economia e etc) muito menos pelo rito do que pela ética religiosa. Ou seja, para o professor a maioria das expressões de religiosidade candomblecista não ocorrem nos terreiros ou casas de santo. Os ritos não são os confinadores das expressões, suas múltiplas formas evidenciam a totalidade de mundo experimentada no modo de viver da religião também fora dos momentos estritamente religioso, é preciso ter a compreensão holística de como o rito expressa a ética e como a ética se fortalece no rito sem divisões ou cisões. Entender o rito como a totalidade da expressão é perder ‘70%’ do que é de fato a religião.

É justamente esse “modo de viver ético”, “humor”, que interessa a esse tópico. Pois se as a maior parte das expressões religiosas ocorrem nas interações sociais, ou seja, no Campo da vida e não se restringem exclusivamente no *locus* conferido à religião, essa ética também pode fundamentar junto com outras éticas produzidas pelas demais esferas sociais, as ações dos indivíduos no cotidiano.

Outro importante estudioso das religiosidades corrobora com esta noção. O prof. Dr. Vagner Gonçalves Silva (2013) em palestra proferida no VII Congresso Nacional do Ensino Religioso (CONERE) afirma que:

[...] as religiões não são constructos dados, elas são campos extremamente amorfos, por mais que as instituições religiosas queiram delimitar esses campos,

a experiências das pessoas no cotidiano faz com que essa religião seja, sobretudo, uma experiência de vida e, essa experiência de vida não tem campos bem delimitados, o que vemos no Brasil é exatamente isso (SILVA, 2013).

Desta forma fica muito difícil identificar quando o fiel está expressando sua ética religiosa e quando está sob a influência de outras éticas, pois no campo da vida várias instituições ou tradições interagem fornecendo informações/normas de conduta para os indivíduos. O entendimento dessa limitação é importante para compreendermos as relações ocorridas no âmbito escolar principalmente no objeto desse estudo, a disciplina de Ensino Religioso.

Uma vez que não há um confinamento das expressões religiosas aos templos e aos momentos rituais, as práticas religiosas podem ocorrer nos contatos pessoais estabelecidos, na exposição de símbolos que revelam a pertença e, até mesmo no lecionar. Essa fluidez associada a quantidade de religiões torna muito difícil e complicada a seleção de quais denominações serão elencadas em um currículo.

Relações Religião e o Estado

Outro importante problema à disciplina de Ensino Religioso encontrado na pesquisa é a historicidade imbricada entre religião e Estado, principalmente as cristãs. Tendo ainda no presente marcas do patriarcado régio e uma ‘ruptura’ e laicização nominalista, a república brasileira tem em seus quadros democráticos a presença de instituições religiosas objetivando a manutenção ou imposição de suas totalizações de vida através de leis ou ações estatais.

Um exemplo prático dessa relação é a existência de uma bancada denominada Evangélica no congresso. Há no legislativo nacional a presença de líderes protestantes não apenas influenciando ideologicamente os votos dos fiéis, mas se colocando (eles mesmos) como opção política para aqueles. Montes (1998) afirma que o crescimento protestante brasileiro ocorrido na segunda metade do século passado proporcionou acesso desse ente social na corrida pelo poder Político.

Na verdade, o crescimento dos evangélicos, que lhes deu visibilidade pública, se refletiu também no interior do próprio grupo, que desde a década de 80 procura, e agressivamente, marcar sua presença na cena pública, valendo-se da participação política (MONTES, 1998, p. 88).

A palavra usada pela autora é: agressivamente, ou seja, houve uma real e intencional interação entre a esfera religiosa protestante brasileira para não apenas interagir com a esfera política, mas sim para tentar dominá-la. A ação missionária conversionista praticada por

protestantes de imigração americana desde sua chegada ao país na década de 80 do século XX, a qual se dava por convencimento pessoal, ganhou um século mais tarde o ‘ar’ de imposição de uma totalidade de vida via estrutura Política. Montes (1998) aponta como primeira manifestação desse fenômeno social o processo de formação da Constituição de 1988.

O grupo que se tornaria conhecido com a “bancada evangélica” do Congresso Nacional, durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, representou o primeiro exemplo, inédito, de participação, no interior de um grupo que historicamente se mostrava avesso à política (MONTES, 1998, p. 88).

Os protestantes a partir de 1988 se articulam pelos esquemas democráticos visando por este uma forma mais abrangente de impor seu *éthos* não mais de forma pessoal (indivíduo-indivíduo), mas coletivamente pela forma política e suas estruturas de marketing eleitoral. Para essa ação, por conta da sua fragmentação institucional, a simples aliança com políticos poderia não surtir o efeito desejado. Desta forma a estratégia adotada foi transformar alguns de seus líderes em Políticos.

O transbordo dessas ações políticas foi visto nas ruas e nas eleições presidenciais de 2010. Poucos dias antes do fim da campanha uma polêmica sobre o tema Aborto que fez a então candidata Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores alterar um dos itens de seu programa de governo. A candidata precisou dar declarações específicas negando, ou voltando atrás, de sua postura pró-descriminalização por ter perdido nas últimas semanas do primeiro turno uma parte de seus votos. Essa movimentação eleitoral foi apontada como responsável por haver o segundo turno no pleito uma vez que a candidata aparecia em várias pesquisas eleitorais com votos suficientes para uma eleição em primeiro turno. O programa petista previa a iniciativa de propor uma lei que descriminalizaria o aborto, tratando o caso como um problema de Saúde pública e não de Justiça, como é atualmente.

A polêmica se acirrou quando um vídeo, de uma pregação feita em 15/09/2013 pelo pastor Piragine Paschoal na Primeira Igreja Batista de Curitiba se posicionando contra o PT e os acusando de serem promotores da iniquidade Legal, se tornou um viral nas redes sociais e por email sob o título de: Consciência Cristã nessa eleição. O vídeo desencadeou várias manifestações religiosas contra a proposta da petista e instruindo os fiéis a não votarem no partido em questão.

Contudo a polêmica não ficou confinada ao ambiente virtual e nem as eleições. Pregações foram realizadas em comunidades religiosas e até muros foram pichados com palavras de ordem e moral religiosa. A Figura 3 apresenta dois muros da zona Oeste da cidade de Londrina.

Figura 1 - Manifestações antipartidárias em Londrina.



Fonte: Autor.

Essas manifestações são importantes para percebermos que o limite das esferas, religiosa e política, não são tão espessas. Muitos religiosos exerceram seu direito/obrigação democrática civil tendo por conteúdo ideais religiosos e não uma reflexão política/econômica. Seus votos diziam que sua ética era mais intensamente influenciada pela esfera da religião do que pelas outras esferas. Quanto à questão do comportamento da liderança religiosa alguns tentaram conduzir os votos dos fiéis mais pelo medo da instalação do inferno na terra brasileira, ou seja, questões voltadas para o ideário místico de uma parte específica da população do que por razões coletivas que visavam o bem estar de todos os cidadãos, outros se beneficiaram criando/fortalecendo alianças. Tal fenômeno social despertou o interesse de vários pesquisadores e jornalistas e muitas opiniões sobre o Fato, contudo o que se quer apontar com esse exemplo é a impossibilidade de conter a religiosidade dentro dos templos, pois a ética é produto nos religiosos e não na instituição e estes quando interagem, a tem como suporte.

233

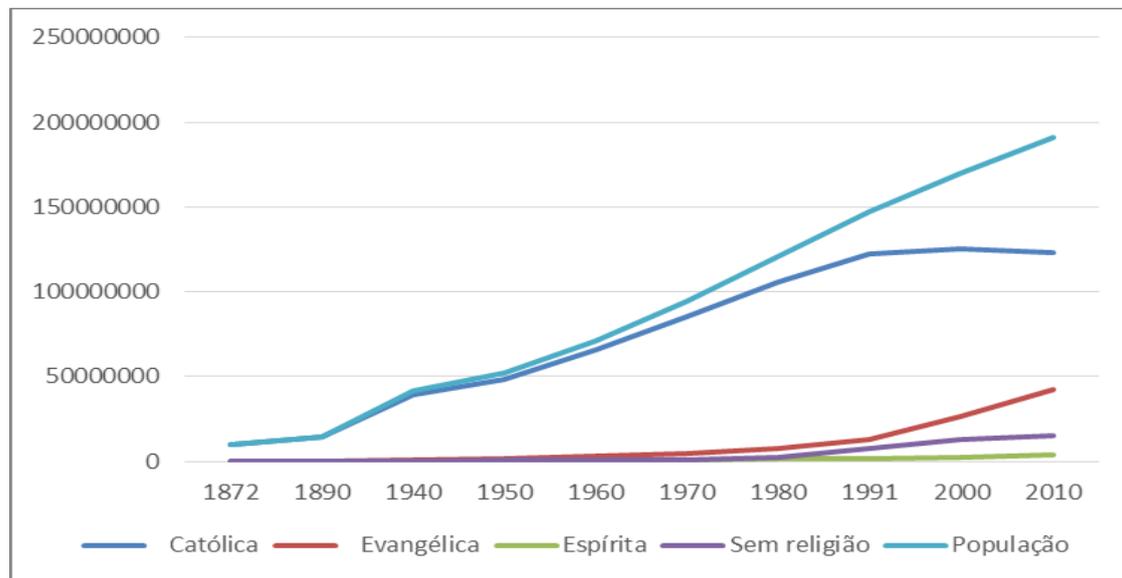
Para a disciplina de Ensino Religioso essa relação é importante por indicar a existência de interesses e de grupos pertencentes as religiões hegemônicas na condução das pautas do Estado, o que inclui as pautas curriculares da disciplina. Hoje a mais conhecida proposta de Parâmetro Curricular é originária de um grupo vinculada a Conferencia Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB).

Mercado Religioso em conflito

O rico e diversificado cenário religioso nacional conta também com uma dinâmica nos quadros de fiéis. Nas últimas décadas é possível perceber, conforme a Figura 2, que as taxas do catolicismo têm diminuído enquanto que o protestantismo e sem-religião ganham adeptos. Essa mudança de orientação religiosa por parte da população associada ao ethos proselitista

protestante e a movimentos de defesa católico que se utilizam da mesma ferramenta, produzem um palco de disputas nem sempre orientadas pelo respeito.

Figura 2 – Taxa de crescimento religioso e populacional do período de 1872 a 2010.



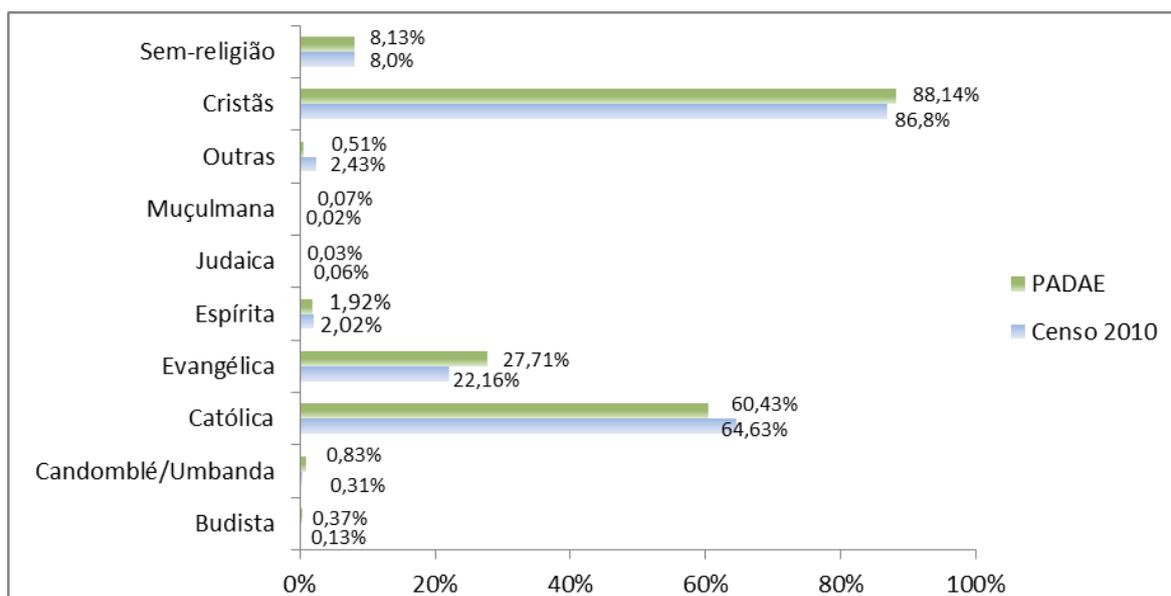
Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2014) e IBGE. Tabela 2094.

O declínio da manutenção das taxas de crescimento católico em relação ao crescimento populacional sem que houvesse um evento imigratório internacional de pessoas de nações não católicas, tem seu início na década de 60 no surgimento dos movimentos neopentecostais e vem se acentuando até o momento.

Essa configuração de ações em prol de angariar fiéis não se limita a espaços como os templos, chácaras, associações religiosas. A prática proselitista pode ser observada e até entendida como integrante do caráter identitário religioso de certas denominações.

Pensando no problema da disciplina de Ensino Religioso que ocorre no ambiente escolar e é circulada por todo o cenário apresentado buscou-se conhecer do ponto de vista quantitativo, como estão distribuídas as religiões neste *lócus*. Para tal, utilizou-se a Pesquisa Ação Discriminatória em Âmbito Escolar (PADAE) realizada pelo INEP em 2008 por essa ter como metodologia produzir informações cuja amostragem fosse representativa do país, e assim, ser possível realizar cruzamentos/pareamento de dados.

Figura 3 - Proporção das religiões na Pesquisa INEP 2008 e Censo 2010.ⁱ



Fonte: Adaptado de Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2008b) e IBGE (2012a).

O teste estatístico para verificação da homogeneidade entre os dados das duas pesquisas indicou a não-homogeneidadeⁱⁱ, ou seja, quando comparadas as respostas das duas bases de dados, é possível afirmar que as opções religiosas têm taxas diferentes no ambiente escolar e na sociedade. Observando a Figura 3 que parecia as referidas é possível notar índices menores de catolicismo, judaísmo, espiritismo e outras religiões. Enquanto que protestantismo, Candomblé/Umbanda e budismo tem maior representação na comunidade escolar.

A partir dessa informação é possível afirmar que a comunidade escolar brasileira é menos diversa e tem uma concentração maior de cristianismo do que a sociedade. Também é possível verificar que os principais as religiões em conflito no cenário nacional têm sua distância numérica diminuída nesse ambiente. Assim, a realidade religiosa do Campo ao qual a disciplina está inserida sugere possíveis dificuldades para abordagem de certos temas por conta dos acirramentos e discursos providos das religiões em questão.

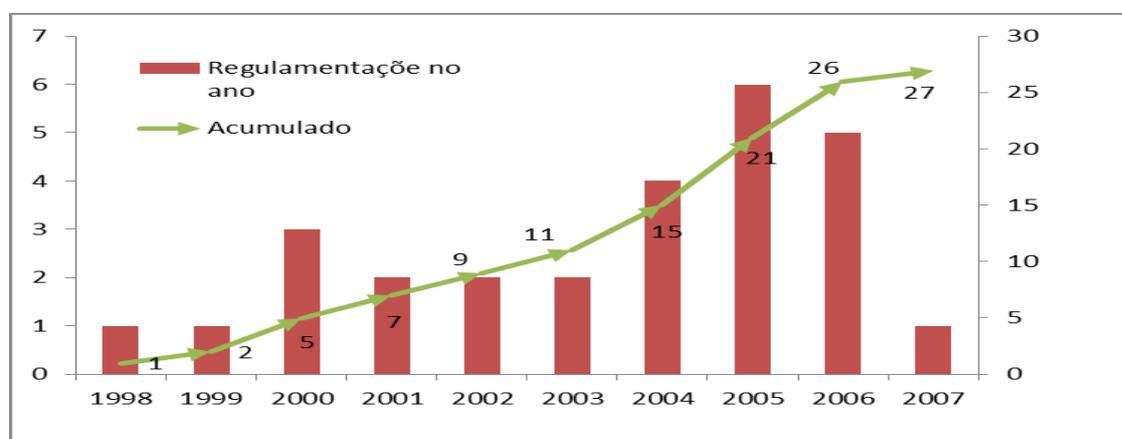
Inexistência de uma legislação Nacional

Sabe-se que não há para a disciplina de Ensino Religioso um Parâmetro Curricular definido. Isso a faz ser a única disciplina da grade curricular sem uma orientação nacional produzida pelo Ministério da Educação. O pesquisador Emerson Giumbelli (2008) teve como objetivo mapear as propostas/legislações de todos os 27 Estados federados, mas só conseguiu em 12, isto por si já seria um problema, contudo precisamos levar em conta que o E.R

também é uma disciplina que pode entrar no currículo do Ensino Infantil e Fundamental I e assim ser legislada também pelos municípios, neste caso seria possível ter 5598 propostas/leis de E.R advindas do setor público no Brasil, esse valor exclui as associações civis e sistemas de ensino privado.

Sem uma regra geral foram necessários 10 anos para que todos os estados regulassem de alguma forma (com diretrizes, ofícios e documentos de abrangência limitada.) Somasse a isso o fato de ter que capacitar professores para essas legislações, produzir material didático adequado a nova forma.

Figura 4- Quantidade de Estados e Ano de regulamentação do E.R



Fonte: Adaptado de Ação Educativa (2008, p. 5).

Diante do exposto a palavra que melhor define a situação legal em que o Ensino Religioso se insere como disciplina no currículo nacional da escola pública é 'caos'. A negligência em produzir um Parâmetro Nacional coloca Estados contra Estados, Municípios contra municípios e Estados, enfim cria um cenário de disputas e indefinições que favorecem agentes religiosos intencionados de: proselitismo, representantes religiosos interessados no mercado de venda de material didáticos e deixam profissionais de ensino sem suporte ou condições de cumprirem adequadamente seu papel.

Mercado editorial

O último apontamento sobre os problemas a serem enfrentados pelo E.R se refere a relação com o mercado editorial.

A ausência de uma diretriz nacional produz mais um problema. Como não há definição também não há parâmetros para avaliar os livros para E.R produzidos principalmente pela iniciativa privada em um mercado onde muitas editoras pertencem a entidades religiosas. Assim,

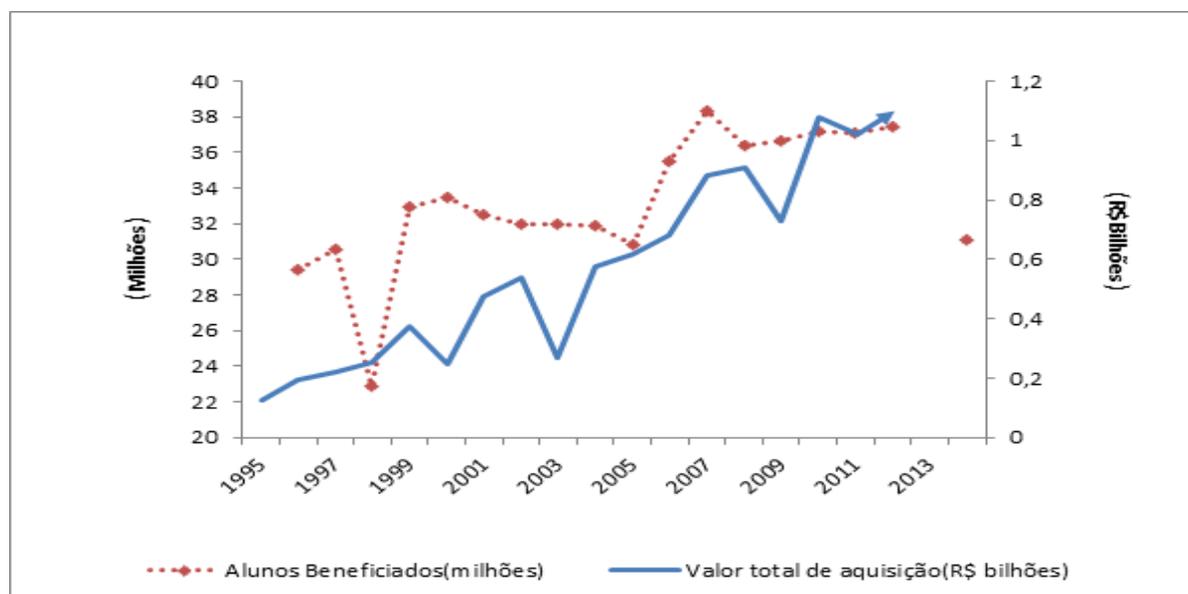
o material didático de Ensino Religioso assume as formas das diretrizes estaduais ou são comprados no mercado religioso em ascensão. Segundo *Maria Fernanda Rodrigues (2011)* o mercado editorial brasileiro esta em crescimento:

Estimado em R\$ 4,2 bilhões, o mercado editorial nacional cresceu ligeiramente em 2010 (2,63%), mas tem outros, e melhores, motivos para comemorar: o brasileiro comprou mais livros no ano passado. O volume de vendas ao mercado cresceu 8,3%, e se incluirmos aí as vendas para o governo, esse crescimento fica em torno dos 13%. O preço do livro caiu 4,42%, seguindo uma tendência registrada desde 2004 [...]. Entre os segmentos de livros, destaque para os religiosos, que produziram mais (36%), imprimiram mais (39%) e, conseqüentemente, faturaram mais (23,9%). Isso se comparado com o ano anterior porque quem lidera mesmo o setor são os didáticos (RODRIGUES, 2011).

É possível perceber pelos dados apresentados que o aumento provocado pelas compras governamentais corresponde a 33%, uma vez que sua participação eleva o índice de 8,3% para 13% ou seja, um crescimento de 4,7% isso faz com que um dos clientes editoriais mais forte no mercado nacional seja o governo. Também fica exposto que livros didáticos competem pela liderança de venda no mercado com os religiosos. Essa situação parece perfeita para quem conseguir unir as duas coisas: vender livros religiosos para o governo. Cassiano (2007) aponta a trajetória do investimento público em livros didáticos, ela afirma que houve uma diminuição na variedade de editoras fornecedoras entre 1985 e 2005 produzindo uma espécie de oligopólio ao mesmo tempo em que o investimento público foi aumentando. Essa dinâmica acirra o mercado.

237

Figura 12- Investimento em milhões de reais (valores aproximados) na aquisição de livros didáticos pelo Governo Federal.



Fonte: Dados organizados pelo autor a partir da Tabela 2.1 Aquisição e distribuição de livros didáticos pelo PNLD (1995 a 2005) CASSIANO (2007, p.48) e de coleta realizada no site do FNDE (2010-2014).

No que tange ao crescimento dos recursos destinados a Figura 12 aponta uma tendência de crescimento nos investimentos públicos entre os anos 1995 a 2014 de R\$ 125 milhões de reais em 1995 o gasto sobe para R\$1,1 bilhão em 2013. Ao mesmo tempo a quantidade de estudantes atendidos também aumenta em menor proporção. O investimento cresceu 8,8 vezes enquanto o número de estudantes variou no máximo 23% no mesmo período.

Essa breve análise apresenta uma realidade que pode ser o alvo de editoras religiosas, desta forma a produção de livros didáticos para a disciplina de E.R poderia render bons dividendos. Assim enquanto não houver uma definição Nacional, os Estados e municípios estarão sujeitos a *lobbys* do mercado editorial enquanto os professores ficam sujeitos as ofertas do mercado por vezes vinculadas a entidades religiosas.

Conclusão

A situação do E.R no Brasil impõe a professores e gestores a superação de problemas que não são diretamente vinculados as suas atribuições profissionais. Os problemas apresentados somados se concretizam no cotidiano escolar dentro da sala de aula obrigando por vezes os profissionais a utilizarem as ferramentas que se apresentam mais fartamente no mercado ao mesmo tempo em que se tornam alvos deste. Embora as legislações estaduais sejam um importante avanço, falta ainda algo que torne a disciplina mais homogênea no território nacional e que indique os limites e estrutura a serem adotados.

O cenário apresentado neste texto indica que as presenças de matrizes religiosas nas disputas políticas não se restringem a demandas eleitorais. Considerando a atual situação do Estado brasileiro as ações desses grupos são legitimadas pelo argumento da participação democrática o que torna as disputas tão acirradas quanto as que ocorrem ideologicamente. Desta forma, a escola enquanto espaço público e instituição de reprodução social se apresenta quantitativamente diferente em suas taxas de religiosos sendo um lócus onde a sociedade manifesta suas nuances e desigualdades, incluindo as religiosas.

Referências

AÇÃO EDUCATIVA. **Relatório técnico narrativo final**. Projeto: Direito humano à educação, ensino religioso e Estado laico. 2008. São Paulo. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/images/stories/pdfs/pesquisa.er.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

ALMEIDA, Acácio Sidnei. A religião de matriz africana e a religião na África. In: SEMANA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA, 2013, Londrina. **Anais**. Londrina: UEL, 2013.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **O mercado do livro didático no Brasil**. 2007. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

GIUMBELLI, Emerson. Ensino religioso em escolas públicas no Brasil: notas de pesquisa. **Revista Resumo**, Porto Alegre, ano 9, n. 14, 2008. Disponível em:
<<http://seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/view/7280/4631>>. Acesso: 12 maio 2014.

HERVIEU-LÉGER, Danielle; WILLAIME, Jean-Paul. **Sociologia e religião: abordagens clássicas**. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2009.

IBGE. **Censo demográfico 2000: tabela 2094: população residente por cor ou raça e religião**. Disponível em:
<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=cd&o=14&i=P&c=2094>>. Acesso em: 30 mar. 2012a.

_____. **Censo demográfico 2010: tabela 1489: população residente, por cor ou raça, segundo o sexo e a religião: resultados gerais da amostra**. Disponível em:
<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=cd&o=13&i=P&c=1489>>. Acesso em: 19 Dez. 2013.

_____. **Série POP60: população por religião (população presente e residente)**. Disponível em:
<[http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP60&t=Popula%C3%A7%C3%A3o%20por%20religi%C3%A3o%20\(popula%C3%A7%C3%A3o%20presente%20e%20residente\)](http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP60&t=Popula%C3%A7%C3%A3o%20por%20religi%C3%A3o%20(popula%C3%A7%C3%A3o%20presente%20e%20residente))>. Acesso em: 30 mar. 2012b.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **População residente total: decenal de 1872 até 2010**. Disponível em:<<http://www.ipeadata.gov.br>> Acesso em: 30 mar. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Pesquisa de ação discriminatória em âmbito escolar**. 2008a. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

_____. **Microdados da pesquisa das ações discriminatórias no âmbito escolar**. 2008b. Disponível em:
<ftp://ftp.inep.gov.br/microdados/microdados_pesquisa_acoes_discriminatorias_ambito_escolar_2008.zip>. Acesso em: 23 jun. 2014.

MONTES, Maria Lucia. “Figuras do sagrado: entre o público e o privado”. In: PERROT, Michelle (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4.

RODRIGUES, Maria Fernanda. **Brasileiro compra mais livro, mas crescimento do setor é discreto**. 2011. Disponível em:
<<http://www.publishnews.com.br/telas/noticias/detalhes.aspx?id=64697>>. Acesso em: 13 maio 2014.

SILVA, Vagner Gonçalves. A construção dos conhecimentos nas culturas: tradições religiosas e não-religiosas. In: CONGRESSO NACIONAL DE ENSINO RELIGIOSO, 7., 2013, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.

SIMMEL, Georg. **Religião: ensaios**. São Paulo: Olho d'água, 2010.

WILLAIME, Jean-Paul. **Sociologia das religiões**. São Paulo: UNESP, 2012.

i Os valores dizem respeito aos que responderam que tinham religião. Para adequar as categorias religiosas apontadas pela pesquisa INEP e a tabela 2094 foram considerados como Outros todas as religiões da tabela 2094 que não estavam representadas na Pesquisa INEP.

ii Qui-quadrado = 2466.206, p-valor= 2.2e-16, intervalo de confiança de 95%.